

Provérbios, adágios e refrões*

Isabel Lustosa

ASSIM QUE TIVE NAS MÃOS O *DICIONÁRIO DE PROVÉRBIOS*, da Lacerda Editores, fui logo procurar os que usei em minha tese de doutorado sobre a imprensa da Independência. Pois muito me impressionara o uso que todos os que escreviam nos jornais daquele tempo – de Hipólito da Costa, passando por Gonçalves Ledo e o Visconde de Cairu até chegar aos jornalistas mais populares, como João Soares Lisboa e Luís Augusto May – faziam dos refrões, adágios, provérbios ou aforismos. Nomes que, com ligeiras variações de sentido, designam aquela expressão sucinta, quase sempre doutrinal ou sentenciosa, cuja legitimidade se baseia na antigüidade e na aprovação pelo senso comum. De onde vinha esta predileção partilhada por gente tão diversa pela fórmula singela de resumir situações representada pelo provérbio?

De muito longe, afirma Don José Maria Sbarbi, presbítero premiado pela Biblioteca Nacional de Espanha, em 1871, por sua monografia sobre *Los refranes, adagios e proverbios castellanos*. Aristóteles já os definia como "preciosas relíquias da venerável antigüidade preservadas pela memória dos homens". Atribui-se a Horácio aquele que se usa até hoje: "quando vires as barbas do teu vizinho arder, deita as tuas de molho". E a Sêneca, um de que muita gostava o Visconde de Cairu: "Quem dá primeiro, dá duas vezes". Os que mais apareciam nos jornais brasileiros de 1822, eram mesmo os de origem obscura: "palavras loucas, orelhas moucas"; "quem não tem padrinho morre mouro"; "quem seus inimigos poupa nas mãos lhes morre"; "na barba do tolo aprende o barbeiro novo"; "cada louco com sua teima..." etc.

* Autora de *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência* (tese de doutorado em Ciência Política/IUPERJ).

Analisando a cultura do século XVI, na Europa do Norte, Natalie Zemon Davis mostra que, apesar da distância que havia entre a linguagem clerical e/ou literária e a fala do homem do campo, elas tinham algo em comum: ambas compartilhavam o uso do provérbio. Isso se deveria, entre outras coisas, ao fato de que o nível de alfabetização entre os leigos na Europa do Norte se conservava baixo até o século XV. O provérbio mnemônico era apreciado não apenas porque escritores antigos o tinham elogiado como recurso retórico, mas porque ele era necessário a muitas das atividades sociais.

Para os padres, os provérbios comuns eram uma maneira de invocar um universo de discurso familiar e de ajudar as pessoas a lembrarem a mensagem do sermão. Os advogados, por sua vez, se encantavam com a estrutura harmoniosa e a brevidade, acreditando que, por sua densidade, os provérbios ajudavam a persuadir. Mas, segundo Davis, com o advento do Racionalismo e do Iluminismo, os provérbios foram postos de lado: passaram a ser vistos como produto de falsas associações. Não sendo passíveis de provas adequadas, não se recomendavam nem por sua concisão nem por sua familiaridade, tampouco por sua longa existência.

Talvez seu uso não tenha sido tão deixado de lado assim. Prova é sua presença no jornalismo que nasceu no Brasil da Independência. E, vindo mais perto, nos surpreendemos ao verificar que Rui Barbosa parece ter sido senão um estudioso pelo menos um colecionador de obras que tratavam do assunto. De sua admirável biblioteca constam 15 títulos relacionados a aforismos, provérbios ou refrões. Um deles, de Gustave Le Bon.

Acreditava Don José Sbarbi que o império dos provérbios era universal e tão antigo como o mundo e que sua duração alcançaria até o fim das gerações. Decerto esse império não é tão poderoso hoje quanto em seu tempo. Mas o dicionário da Lacerda Editores, ao estabelecer as diversas formas que um mesmo provérbio pode assumir em vários idiomas, vem provar sua universalidade. E seu surgimento, no apagar das luzes do segundo milênio, atualiza a boa fé com que aquele presbítero os escolhera como campo de estudos. Monsenhor Sbarbi acreditava que estudar os provérbios era adquirir

ciência de modo *más llevadero*, consumando *el difícil maridaje de lo útil com lo agradable*.